



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

PATRÍCIA DANIELY MARQUES CAVALCANTE

**PRÁTICAS URBANAS DOS TRABALHADORES DE RUA DO CAPITÓLIO
(CAMPINA GRANDE- PB): uma análise dos contrausos como direito à cidade.**

**CAMPINA GRANDE-PB
2014**

PATRÍCIA DANIELY MARQUES CAVALCANTE

**PRÁTICAS URBANAS DOS TRABALHADORES DE RUA DO CAPITÓLIO
(CAMPINA GRANDE- PB): uma análise dos contrausos como direito à cidade.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito para obtenção do título de Bacharela em Serviço Social.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Jackeline Feitosa Carvalho

**CAMPINA GRANDE-PB
2014**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

C377p Cavalcante, Patrícia Daniely Marques
Práticas urbanas dos trabalhadores de rua do capitólio
(Campina Grande- PB) [manuscrito] : uma análise dos contrausos
como direito à cidade / Patricia Daniely Marques Cavalcante. -
2014.
78 p. : il. color.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço
Social) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências
Sociais Aplicadas, 2014.
"Orientação: Profa. Dra. Maria Jackeline Feitosa Carvalho,
Departamento de Filosofia e Ciências Sociais".

1. Trabalhador de rua. 2. Campina Grande-PB. 3.
Precarização do trabalho. 4. Higienização social. 5. Contrausos.
6. Cineteatro capitólio. I. Título. 21. ed. CDD 331.13

PATRÍCIA DANIELY MARQUES CAVALCANTE

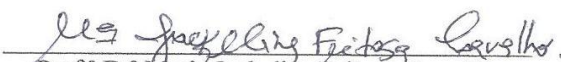
**PRÁTICAS URBANAS DOS TRABALHADORES DE RUA DO CAPITÓLIO
(CAMPINA GRANDE- PB): uma análise dos contrausos como direito à cidade.**

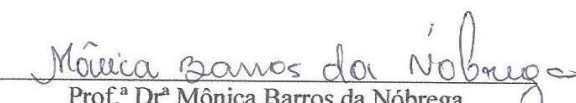
Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Departamento de Serviço
Social da Universidade Estadual da
Paraíba, como requisito para obtenção
do título de Bacharela em Serviço
Social.

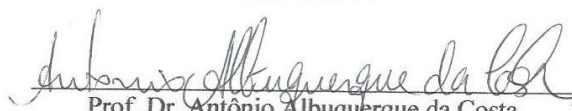
Aprovada em: 10/09/2014

Nota: 10,0 (Dez)

BANCA EXAMINADORA


Prof.ª Dr.ª Maria Jackeline Feitosa Carvalho
Departamento de Filosofia e Ciências Sociais (UEPB)
Orientadora


Prof.ª Dr.ª Mônica Barros da Nóbrega
Departamento de Serviço Social (UEPB)
Examinadora 1


Prof. Dr. Antônio Albuquerque da Costa
Departamento de Geografia (UEPB)
Examinador 2

A Todos os trabalhadores de rua do Capitólio.

A Deus pelo dom da vida e por ofertar-me fortaleza e sabedoria, ao longo da minha jornada de Curso, sobretudo, nos momentos mais difíceis.

Aos meus pais, Maria de Fátima e José Amaro, por acreditarem em meu sonho. A eles minha gratidão e amor.

Ao meu irmão José Vinícius, por ser tão amigo, companheiro e por estar ao meu lado acreditando em meus sonhos.

As minhas tias e tios, primas e primos, por estarem sempre ao meu lado, apoiando-me em todos os instantes, em especial, as minhas queridas primas Héberly Cavalcante, Manu Marques, Dayanna Kelly, Hérika Aluska, sempre estiveram ao meu lado nos momentos bons e nos não tão bons.

Ao meu noivo Abílio Daniel, pelo amor e carinho concedidos.

A todos os meus amigos e amigas, em especial, as minhas colegas de turma Jayne, Lourayne, Rayane, Magliana, Marne, Luciana e Eliane pessoas especiais que estiveram comigo e acreditaram que este momento seria possível.

A Jackeline minha querida orientadora que sempre acreditou na minha capacidade e sempre me incentivou a não desistir, além de ter tido muita paciência comigo. Cobrava muito às vezes, mas só fazia porque sabia de minha capacidade.

A todos os professores que contribuíram com minha formação acadêmica, como também pessoal, vocês são pérolas preciosas em meu caminho.

E especialmente a todos os trabalhadores de rua do Capitólio pela confiança, disponibilidade e atenção quando da pesquisa de campo.

OBRIGADA!

Eu amo a rua. Esse sentimento de natureza toda íntima não vos seria revelado por mim se não julgasse, e razões não tivesse para julgar, que este amor assim absoluto e assim exagerado é partilhado por todos vós. Nós somos irmãos, nós nos sentimos parecidos e iguais; nas cidades, nas aldeias, nos povoados, não porque soframos, com a dor e os desprazeres, a lei e a polícia, mas porque nos une, nivela e agremia o amor da rua. (JOÃO DO RIO, 1997)

RESUMO

O referido trabalho tem como objetivo geral analisar as práticas urbanas dos trabalhadores de rua do Capitólio, de modo a entender os contrausos e a luta pelo direito à cidade. Enquanto aos objetivos específicos, discutir como se desenvolvem as tramas do trabalho de rua a partir da apropriação do Capitólio, construímos o perfil socioeconômico dos trabalhadores de rua, analisamos as formas de resistências urbanas através das práticas de contrausos acionam a luta pelo direito à cidade. Como opção metodológica o presente trabalho seguiu o percurso do projeto de iniciação científica denominada: “Tinha camelô no meio do caminho, no meio do caminho tinha camelô”: uma análise da composição da rua em Campina Grande (PB) e os contrausos no centro da cidade, no qual teve por objetivo analisar os usos dos lugares públicos na experiência urbana (recente) de Campina Grande. Dessa maneira a pesquisa se norteou por uma *abordagem qualitativa*, que incluiu três tipos de pesquisas, desenvolvidas em etapas simultâneas, a saber: *pesquisa bibliográfica*; *pesquisa documental* e *pesquisa de campo*. Como instrumentos para a pesquisa, utilizamos a entrevista semiestruturada e a observação participante. Em paralelo às entrevistas, foi realizado o registro iconográfico do centro pela captura fotográfica e imagética que nos possibilitaram a leitura do trabalho informal, de forma a avaliar usos e diferenças de ocupação da rua. A amostra foi composta por 10 trabalhadores de rua, no universo de oitenta e cinco trabalhadores. A partir das análises constatamos que, apesar desse contexto de tentativa de eliminação das práticas do trabalho de rua, os nossos personagens urbanos conseguem produzir no espaço da cidade práticas inovadoras e criativas como forma de transitar na contra mãos dos processos disciplinadores do espaço.

Palavras-Chave: Cidade. Precarização do trabalho. Higienização Social. Contrausos.

ABSTRACT

Such work aims to describe analyze the practices of urban street workers of Capitólio in order to understand the "against use" and the fight right to the city. While the specific objectives, we discuss how to develop plots of street work from the appropriation of the Capitólio, built the socioeconomic profile of street workers, we analyze the forms of urban resistance through the practices of "against use" trigger the fight right to the city . As a methodological option this work followed the course of the research project entitled: "Had street vendor midway, midway had street vendor": an analysis of the composition of the street in Campina Grande (PB) and in the center "against use" city, which aimed to examine the uses of public places in urban experience (recent) of Campina Grande. In this way the research was guided by a qualitative approach, which included three types of research, developed in concurrent stages, namely: literature search; desk research and field research. As tools for research, of semi-structured interviews and participant observation. Alongside the interviews, the iconographic record was held by the center and capture photographic imagery that allowed the reading of informal work, in order to assess differences in use and occupation of the street. The sample consisted of ten street workers, with the universe of eighty five workers. From our analysis we found that, despite the context of effort to eliminate the practice of street work, our urban characters can produce in space of city practices innovative and creative as a way of moving in contraflow of process disciplinary of the space.

Keywords: City. Precarious work. Social sanitization. Against use.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – No meio do caminho não tinha mais ambulante.....	36
Figura 2 – Lateral do Cineteatro Capitólio (1937).....	39
Figura 3 – Degradação física do interior do Capitólio.....	40
Figura 4 – Trabalhadores de rua um dia após a expulsão do Calçadão.....	42
Figura 5 – Tática de organização em torno da parede do Capitólio.....	43
Figura 6 – Diversidade de produtos introduzidos pelos “novos ocupantes”.....	45
Figura 7 – Compra e venda de produtos usados.....	46
Figura 8 – Dinâmica espacial dos primeiros ocupantes.....	48
Figura9 – Comercialização de produtos expostos no corpo e na calçada do Capitólio....	50
Figura10 – Espaço masculinizado do Capitólio.....	51
Figura11 – Artistas urbanos do Capitólio.....	58
Figura12 – Registro no Sindicato dos primeiros trabalhadores de rua do Capitólio.....	62

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico1 – Distribuição dos trabalhadores de rua de acordo com a renda.....	49
Gráfico2 – Distribuição de trabalhadores de rua de acordo com a faixa etária.....	54
Gráfico3 – Distribuição de trabalhadores de rua de acordo com o nível de escolaridade.	55

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Síntese dos traços específicos dos trabalhadores de rua do Capitólio.....	50
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ARCCAS	Áreas de Livre Comércio e Cultura ao Ar Livre
CFESS	Conselho Federal de Serviço de Social
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
GEUR	Grupo de Estudo e Pesquisa sobre o Urbano
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IPHAEP	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba
MEI	Micro Empreendedor Individual
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PEPSS	Projeto Ético-Político do Serviço Social
PIB	Produto Interno Bruto
PIBIC	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PMCG	Prefeitura Municipal de Campina Grande
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
SINCOV	Sindicato dos Trabalhadores Formais e Informais do Estado da Paraíba
SINVEPA	Sindicato dos Comerciantes Ambulantes e Praxistas de Campina Grande
UEPB	Universidade Estadual da Paraíba

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	14
1	CIDADES CAPITALISTAS: CONTRADIÇÕES NO URBANO.....	19
1.1	Uma leitura da construção histórica da cidade.....	19
1.1.1	<i>A questão urbana enquanto expressão concreta da questão social.....</i>	20
1.2	A crise urbana em meio aos reflexos da crise estrutural do capital.....	25
1.3	O planejamento de Campina Grande sob o signo da higienização social....	33
2	PRÁTICAS URBANAS: UMA ANÁLISE DOS CONTRAUSOS NO CAPITÓLIO.....	38
2.1	Uma leitura da historicidade do Cineteatro Capitólio.....	38
2.2	Tramas do trabalho de rua: apropriações do Capitólio.....	41
2.2.2	<i>Perfil dos trabalhadores de rua do capitólio.....</i>	47
2.3	Processos de resistência urbana: contrausos e ilegalismos urbanos.....	56
2.4	A luta pelo direito à cidade pelos trabalhadores de rua do Capitólio.....	61
	APROXIMAÇÕES CONCLUSIVAS.....	67
	REFERÊNCIAS.....	70
	APÊNDICES.....	75
	ANEXOS.....	78

INTRODUÇÃO

O presente estudo surge enquanto possibilidade de aprofundamento das questões urbanas, quando da inserção da pesquisa de iniciação científica denominada: “Tinha camelô no meio do caminho, no meio do caminho tinha camelô”¹: uma análise da composição da rua em Campina Grande (PB) e os contrausos no centro da cidade¹, a qual teve por objetivo analisar os usos dos lugares públicos na experiência urbana (recente) de Campina Grande. Desse modo, a pesquisa buscou entender a composição da rua e a relação com o espaço público, a partir das situações de informalidades presentes nas principais artérias do centro de Campina Grande, expressas por relações de conflito entre poder público e ambulantes.

Em conformidade com a pesquisa mencionada acima, o referido trabalho tem como objetivo geral, analisar as práticas urbanas dos trabalhadores de rua do Capitólio, de modo a entender os contrausos e a luta pelo direito à cidade. As práticas urbanas são aqui percebidas como maneiras de fazer dos populares que permeiam práticas *reinventivas* e *criativas*, ao trabalho de rua, percebidas como inventabilidades da informalidade em recriar o cotidiano (CERTEAU 1994, 1996), tais práticas acionam distintos e diversos tipos de uso, delimitados pelas táticas cotidianas, como forma de chegar aos poucos nos pedaços da cidade. Enquanto aos objetivos específicos, discutimos como se desenvolvem as tramas do trabalho de rua a partir da apropriação do Capitólio, construímos o perfil socioeconômico dos trabalhadores de rua, analisamos de que forma as resistências urbanas através das práticas de contrausos acionam a luta pelo direito à cidade.

Cabe esclarecer que o lócus da pesquisa, o Cineteatro Capitólio, hoje conhecido como Capitólio, faz parte do patrimônio histórico e cultural de Campina Grande, de tal maneira que constitui uma parte importante da memória da cidade, haja vista que já foi considerado o maior Cineteatro do Estado da Paraíba, porém atualmente se encontra abandonado, estando inclusive condenado pela Defesa Civil considerando o risco de desmoronamento que apresenta.

Colocamos assim, a pertinência de se pensar o lócus urbano a partir das práticas dos trabalhadores de rua, de modo que levantamos por problemas: Como explicar o motivo dos trabalhadores de rua recorrerem as práticas de contrausos? E qual a leitura que estes personagens fazem de suas práticas?

¹ Pesquisa que contou com o apoio do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC/UEPB/GEUR (Cota 2012-2013) financiado pelo Conselho Nacional de Pesquisadores (CNPq)

O percurso da pesquisa iniciou-se a partir de dois Projetos de Iniciação Científica, o primeiro projeto (Cota 2011-2012) foi intitulado: Usos e apropriações do espaço público: uma leitura a partir do “Calçadão” (Campina Grande- PB) que teve por objetivo discutir a relação entre cidade e espaço público de modo a entender como se configura os usos e apropriações do espaço público na experiência urbana recente de Campina Grande pelos diversos atores sociais entre os quais, o trabalhador de rua.

Neste sentido, acompanhamos a trajetória desses trabalhadores de rua desta pesquisa inicial no ano de 2011 e, posteriormente o processo de higienização realizado pela Prefeitura Municipal de Campina Grande (PMCG) no ano de 2012 que expulsou esses trabalhadores do Calçadão da Cardoso Vieira.

Assistimos de perto, os conflitos, as disputas, e a política de repressão e violência adotada pela PMCG como forma de inibir as práticas do trabalho de rua no centro da cidade, assim como também as resistências e burlas dos trabalhadores como forma de conquistar o seu “pedaço da cidade” (*O Capitólio*).

Dessa maneira, o segundo projeto (Cota 2012-2013) intitulado “Tinha camelô no meio do caminho, no meio do caminho tinha camelô”: uma análise da composição da rua em Campina Grande (PB) e os contrausos no centro da cidade, surgiu com o intuito de ampliar a investigação sobre as expressões do trabalho de rua, nos lugares mais disputados da cidade: as ruas centrais.

Além da pesquisa, cabe destacar a relevância do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre o Urbano (GEUR/UEPB)², no qual nos possibilitou uma maior aproximação com a temática urbana, a qual passamos a ter oportunidade de realizarmos uma leitura diferenciada da cidade, entendendo-a não apenas pela denotação material e construtiva, mas enquanto um espaço social de relações desiguais de conflitos, diferenças e sociabilidades. De tal forma, isso nos possibilitou uma experiência singular da maneira como pensar a cidade.

Neste sentido é notório que hoje, em face a complexidade da questão urbana, justificasse como relevante o campo de atuação e pesquisa do Serviço Social voltado a pensar a cidade na contemporaneidade vinculando-a à questão social, pois historicamente o lócus urbano pouco tem sido pensado no âmbito do Serviço Social, mesmo sendo este o espaço que ora atuamos.

² Grupo que “(...) tem por objetivo investigar as novas bases das dinâmicas que orientam a ocupação do espaço urbano, analisadas agora a partir das práticas que reestruturam as territorialidades urbanas e fazem surgir novas centralidades caracterizadas pela fragmentação, segregação espacial, encolhimento do público e alargamento do espaço privado (...)”. A esse respeito cf. Diretórios de Pesquisa CNPq- link GEUR: <http://dgp.cnpq.br/diretorioc/fontes/detalhegrupo.jsp?grupo=4319702FPW6IRY#identificacao>.

Desta forma, esta pesquisa poderá suprimir esta lacuna no Serviço Social, na medida em que, analisa a questão urbana como uma expressão concreta da questão social, além disso, deverá contribuir com o debate acerca da cidade, tendo em vista que a produção acadêmica do Serviço Social vem colocando a margem questões importante como esta para a nossa formação profissional, uma vez que, entendemos que para o profissional crítico e criativo, intervir na realidade, precisará se debruçar sobre o estudo do urbano.

Como opção metodológica o presente trabalho seguiu o percurso do projeto de iniciação científica o qual se norteou por *abordagem qualitativa*, por nos possibilitar uma análise e avaliação mais aprofundada da realidade na tentativa de explicar as relações e os fenômenos sociais a partir de um contexto específico³. A investigação incluiu três tipos de pesquisas, desenvolvidas em etapas simultâneas, a saber: *pesquisa bibliográfica; pesquisa documental e pesquisa de campo*.

A pesquisa bibliográfica nos propiciou uma maior aproximação com o campo de investigação, tendo em vista, que esta constitui a fase inicial para o pesquisador edificar os conhecimentos a partir de uma ampla base teórica, dessa forma, este tipo de pesquisa contribui para o aprimoramento quando das categorias trabalhadas, entre as quais destacamos: cidade, precarização do trabalho, contrausos, higienização social.

A pesquisa documental foi realizada a partir da localização, junto ao Sindicato dos Trabalhadores Formais e Informais do Estado da Paraíba (SINCOV), de alguns registros dos trabalhadores de rua, que na época exerciam suas práticas no Calçadão. Esse registro foi importante para identificarmos o número de trabalhadores atuantes nas práticas do trabalho de rua, a título de preservarmos a identidade destes personagens optamos por não disponibilizar os arquivos que contenham informações pessoais dos mesmos. Apenas as análises.

A pesquisa de campo se norteou pela *observação sistemática e participante* e teve por suporte as *entrevistas* com os trabalhadores de rua (Cf.: Apêndice A) e com a representante do SINCOV (Cf.: Apêndice B) como técnica de pesquisa capaz de captar e interpretar os conflitos, interesses e significados presentes na incorporação de determinadas vozes (os trabalhadores de rua) que falam a partir de uma posição e lugar e do SINCOV como forma de analisar as intencionalidades de um sindicato que se define de Trabalhadores formais e informais. Em paralelo às entrevistas, foi realizado o registro iconográfico do centro pela captura fotográfica e imagética que nos possibilitaram a leitura do trabalho informal, de forma a avaliar usos e diferenças de ocupação da rua. Com base nisso recorreremos à dimensão da

³ (MINAYO & DESLANDES, 1999) Cf.: http://www.ia.ufrj.br/ppgea/conteudo/conteudo-2012-1/1SF/Sandra/Pesquisa_Social.pdf

linguagem visual e textual que contribuiu para um reconhecimento capaz de tornar visíveis as transformações do espaço não necessariamente estruturado como racional, eficiente, desejado e requerido oficialmente, mas o seu contrário: diferentes contextos e conotações que expressam a subversão de usos, bem menos tolerados pelo poder público e eficazmente controlados pelos trabalhadores de rua como táticas e burlas.

A pesquisa de campo foi realizado entre os meses de dezembro de 2013 à abril 2014, uma vez que sentimos a necessidade de voltar a campo dados os discursos sobre o SINCOV, que serão analisados mais adiante.

Concomitante ao trabalho de campo realizamos 10 entrevistas com os trabalhadores de rua, no universo de 85 trabalhadores dentre os quais: 35 deles foram trabalhadores do Calçadão que são cadastros junto a PMCG e respectivamente, no SINVOV, os outros 50 são trabalhadores advindos de outras ruas como a Maciel Pinheiro, Floriano Peixoto e João Pessoa. Porém há que se destacar a alta mobilidade deste tipo de atividade na qual a dinâmica da cidade e dos períodos do ano (festividade, chuvas, conflitos) entre outros, interferem no número de trabalhadores para mais ou para menos.

Partindo do Capitólio no contexto de expulsão dos trabalhadores de rua do Calçadão e a conquista por um “espaço adequado”, percebemos que a entrada de novos sujeitos neste cenário produziu um clima de conflitos entre os mesmos, em que a título de informações gostaríamos de esclarecer: quando da pesquisa identificamos que os trabalhadores de rua do Capitólio realizam uma dupla distinção entre si, alguns se identificam como camelôs (os primeiros ocupantes) e outros como ambulantes (os novos integrantes).

Entretanto, considerando a situação de precarização ser recorrentes a ambos aqui faremos a opção pela categoria de trabalhadores de rua, compartilhando as perspectivas trabalhadas por Telles (2009) Cunha (2007, 2009), por entender a heterogeneidade da compreensão que envolve os termos camelôs, ambulantes, vendedores e comerciantes, com isso nos direcionamos no intuito de englobar todas as particularidades dos trabalhadores de rua.

O presente trabalho está organizado em dois capítulos: no *primeiro* realizamos uma leitura da construção histórica da cidade, e os processos de transformação desta a partir do incremento da lógica do capital, avaliamos como a utilização da questão urbana pela ideologia capitalista produz cidades desiguais e inverte a prioridade dos termos valor de uso e valor de troca, destacamos ainda que este último será ressaltado no contexto de crise do capital que redesenha o cenário de precarização, desemprego e crescimento da informalidade. Abordamos

ainda os resultados dessas transformações em Campina Grande enquanto utilização da categoria higienização social.

No *segundo capítulo* procuramos entender a historicidade e importância do Capitólio para Campina Grande como forma de perceber o contexto em que se constroem as tramas do trabalho de rua ressaltadas a partir da apropriação do espaço público, bem como, os conflitos e disputas que envolvem o trabalho cotidiano desses personagens. Traçamos o perfil socioeconômico dos sujeitos entrevistados. Em seguida analisamos os processos de resistência dos trabalhadores de rua como contrausos, e sua luta pelo direito à cidade.

1 CIDADES CAPITALISTAS: CONTRADIÇÕES NO URBANO

Neste primeiro capítulo pretendemos demonstrar como as cidades regidas sob a lógica do capital produzem ou mesmo acentuam as desigualdades socioespaciais existentes no urbano. Abordaremos essas questões por entendermos que a negação de direitos dos trabalhadores de rua e a política de repressão e violência realizada pelos gestores de Campina Grande, não estão descoladas de um processo mais amplo e intenso de segregação socioespacial, que atinge ainda outros grupos de trabalhadores.

Este é um aspecto importante, pois nos permite melhor compreender o cenário em que se desenrolam os conflitos, as disputas e as apropriações pelo espaço público da cidade, já que este está longe de ser um território neutro, homogêneo ou igualitário, pelo contrário, a cidade é construída historicamente como um palco privilegiado de disputas, das relações de poder e da luta de classes.

1.1 Uma leitura da construção histórica da cidade

Entendemos que o urbano é um espaço produzido socialmente, onde se desenvolve relações de produção e reprodução da vida social, isto quer dizer que sua dinâmica está relacionada com a forma como os homens organizam-se em sociedade.

Neste ínterim, cabe ressaltar que as primeiras cidades surgiram no período neolítico com a Revolução Agrícola dada a prática da agricultura com a sedentarização dos diversos povos. “(...) É, com efeito, na Idade da Pedra Polida que se inicia a prática da agricultura, e graças a isso irão surgindo, aos poucos, assentamentos sedentários, e depois as primeiras cidades (...)”

Nesta perspectiva cabe destacar a importância do excedente de produção que deu condições para que o homem se dedicasse a outras atividades, que não ligadas à subsistência como a arte da guerra, visto que,

(...) As primeiras cidades surgem como resultado de transformações sociais gerais – econômicas, tecnológicas, políticas e culturais – quando, para além de povoados de agricultores (ou aldeias) que eram poucos mais que acampamentos permanentes de produtores diretos que se tornaram sedentários, surgem assentamentos permanentes maiores e muito mais complexos, que vão abrigar uma ampla população de não-produtores (...) (SOUZA, 2007, p. 46).

Sendo assim os aglomerados urbanos se diferenciava das áreas destinadas à agricultura, ou seja, do campo. Neste sentido,

As cidades são a forma residencial adota pelos membros da sociedade cuja presença direta nos locais de produção agrícola não era necessária. Quer dizer, estas cidades só podem existir na base do *excedente* produzido pelo trabalho da terra (...). Trata-se, portanto também de um novo sistema social, mas *que não está separado do tipo rural*, nem é posterior a ele, pois os dois estão intimamente ligados no âmbito do mesmo *processo de produção* das formas sociais (...). (Grifos de autoria!) (CASTELLS, 1983, p 42).

Nesse primeiro momento, a ideia de cidade, associada ao urbano, se contrapõe dessa forma ao rural, mas que nem por isso deixa de estar intimamente ligada a este, na medida em que, as cidades só puderam existir a partir do excedente de produção dado pelo trabalho agrícola do meio rural.

O excedente além de propiciar o surgimento dessas cidades, também deu origem a exploração do homem pelo homem, “pela primeira vez as contradições sociais se tornam antagônicas, isto é, impossíveis de serem conciliadas. A classe dominante tem que explorar o trabalhador, esse não deseja ser explorado”. (LESSA, 2008, p. 55).

Dessa maneira, tanto as cidades, quanto as desigualdades foram anteriores ao próprio capitalismo, porém este foi determinante para redesenhá-los de acordo com a sua lógica de dominação, transformando com isso, a própria dinâmica das cidades fazendo surgir às cidades capitalistas.

1.1.1 A questão urbana enquanto expressão concreta da questão social

O marco dessas transformações na cidade foi o processo de industrialização⁴, iniciado na I Revolução Industrial do século XVIII (1780-1830), que pode ser entendida como uma fase de grande desenvolvimento das forças produtivas em que a indústria se torna a base da economia de mercado, havendo com isso a substituição dos instrumentos e técnicas de trabalho com o objetivo de aumentar a produtividade e o lucro, através de uma novidade trazida pelo capitalismo, à *mais-valia* produzida pela exploração da força de trabalho.

O processo de industrialização permitiu uma maior complexificação da economia, que passa da produção mercantil simples, de caráter artesanal e agrário para uma economia de base industrial e urbana. (NETTO, 2009).

Netto (2009), mais uma vez, aponta que toda essa mudança — da passagem da produção mercantil simples para a produção capitalista— foi possível graças a acumulação primitiva, em que alguns poucos homens dispunham de concentração de terras (que foram

⁴ Cabe esclarecer, entretanto que não se trata aqui de analisar a industrialização, mas seus reflexos econômicos, políticos e sociais, especialmente as mudanças nas condições de vida da classe trabalhadora.

tomadas dos camponeses) enquanto outros, a maioria, pouco ou nada possuía além da sua força de trabalho. Desse modo segundo Marx (1984),

O processo de produção capitalista reproduz (...), mediante seu próprio procedimento, a separação entre força de trabalho e condições de trabalho. Ele reproduz e perpetua, com isso, as condições de exploração do trabalhador. Obriga constantemente o trabalhador a vender sua força de trabalho para viver e capacita constantemente o capitalista a comprá-la para enriquecer (...). (*apud* NETTO, 2009, p 137).

Expulsos das suas terras e desapropriados dos meios de produção os trabalhadores se vêem obrigados a se sujeitar aos capitalistas para sobreviverem.

Neste sentido, pode-se afirmar que as cidades passaram por um processo de metamorfose propiciada dentre outras coisas pela industrialização na entrada de uma nova formação dentro do próprio sistema, a saber, o capitalismo concorrencial. Segundo Lefebvre (2001) “(...) a industrialização começa, quando nasce o capitalismo concorrencial com a burguesia especificamente industrial (...)”. (p.4).

É notório que a industrialização, por um lado incentivou a modernização das cidades, com efeito, a partir da aglomeração das atividades econômicas, das oportunidades de emprego, e das atividades culturais, difundido novos padrões de relações sociais, por outro, provocou um acelerado processo de urbanização com o crescimento populacional das zonas urbanas, acompanhados pela precariedade das condições de vida da classe trabalhadora, acirramento das desigualdades sociais e contradições no urbano.

Para Castells (2009) existem dois sentidos distintos do termo urbanização, o primeiro está relacionado à “concentração espacial de uma população, a partir de certos limites de dimensão e densidade”, o segundo, diz respeito à “difusão de valores, atitudes e comportamentos denominado ‘cultura urbana’”. (p. 39).

Conforme Lefebvre (2001), o processo de industrialização foi o ponto de partida ou indutor das problemáticas urbanas. Neste contexto precisamente, das contradições urbanas geradas no seio das cidades capitalistas que tem origem a *questão social*. Cabe observar que, de acordo com Netto (2001), a expressão surge para dar conta do fenômeno do pauperismo, resultante dos impactos da primeira onda industrializante, iniciada na Inglaterra, embora se viesse de muito longe a polarização entre ricos e pobres, essa questão social era um fenômeno novo expressa na dinâmica da pobreza que então se generalizava.

Neste momento acentua-se a pauperização, pois, “(...) a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas (...)” (NETTO, 2001, p. 42), isto significa que a partir dessa fase, o crescimento da pobreza não estava mais relacionado com a

escassez de alimentos, pelo contrário, se relacionava com o acúmulo do que era produzido, porém não era distribuído, já que nesse sistema de produção os trabalhadores produzem a riqueza social e os capitalistas dela se apropriam.

Nesse contexto podemos assim entender a questão social como:

O conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que têm uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos se mantém privada, monopolizada por uma parte da sociedade. (IAMAMOTO, 2010, p. 27).

Segundo Cerqueira Filho (1982) a questão social se expressa a partir da industrialização nos moldes de produção capitalista, em especial no meio urbano, onde as péssimas condições de vida da classe trabalhadora se tornam latentes, o que provoca um processo de contestação e mobilização política dos mesmos.

Dessa forma, a emergência e visibilidade da questão social estão vinculadas à constituição da classe trabalhadora como *sujeitos sociopolíticos*, reivindicando frente ao Estado o seu reconhecimento enquanto classe social. Esse contexto contribui para a tomada de consciência dos trabalhadores e da importância do seu trabalho para a sociedade urbana industrial enquanto produtora da riqueza social.

O espaço urbano seria então o lócus onde se materializam as lutas de classe. Sendo assim, o enfoque político⁵ levantado pela classe trabalhadora é indispensável para desvelar as contradições urbanas agravadas no contexto da consolidação das cidades capitalistas.

Da discussão situada podemos agora relacionar a relação existente entre a questão social e a questão urbana

Podemos afirmar que a questão urbana é uma manifestação concreta da questão social que se expressa no cotidiano das cidades; dentre outras maneiras pela forma como a organização sócio-espacial é administrada e controlada pela lógica do capital o que gera desigualdades e diferenças no meio urbano, colocando de um lado aqueles que podem usufruir de determinados espaços da cidade, dotados de toda infraestrutura e equipamentos de lazer, enquanto outros são simplesmente esquecidos, visto que,

Com efeito, o desenvolvimento das forças produtivas que conduz à gênese e ao desenvolvimento do modo capitalista de produção apresenta como características intrínsecas a exploração, a apropriação de espaços e a destruição de recursos naturais e da força humana de trabalho com vistas a assegurar o processo de acumulação. Cabe-nos ressaltar que as imposições lógicas da acumulação do capital, as condições da reprodução capitalista – às quais também está submetido o espaço urbano – não podem parecer *natural* ou descoladas de seu sentido histórico e dinâmico. Ora, essa estrutura existe e se organiza mediada pela luta de classes. (GUERRA; GUIMARÕES; SILVA, 2012, p. 195-196).

⁵ Em conformidade com Marx, esta passagem se caracteriza pela distinção entre classe em si e *classe para si*.

A forma como o espaço é administrado está diretamente relacionado com a desigualdade produzida no espaço urbano, sendo assim a questão urbana se apresenta de forma imediata no cotidiano das cidades como parte integrante da questão social.

Tratar a questão urbana como particularidade da questão social implica desvelar os mecanismos que participam do processo de reprodução do capital, o qual gera, ao mesmo tempo, acumulação ampliada de riquezas socialmente produzidas, apropriação privada destas, uma totalidade social formada por classes antagônicas em luta. (GUERRA; GUIMARÕES; SILVA, 2012, p. 195-196).

Para além dos problemas e contradições gerados sobre a cidade, a questão urbana diz respeito a um *conteúdo ideológico de classe* construído pela lógica do capital. Em síntese, pode ser entendida como os vários mecanismos que o capitalismo utiliza para se incorporar das cidades, utilizando-se para isso de um discurso que tende a esconder as desigualdades sociais e as lutas de classe.

Além de camuflar os conflitos de classe o capitalismo faz uso dessas desigualdades para manter a sua lógica de dominação, dessa forma a desordem é funcional ao próprio sistema. Segundo Castells (2009),

(...) torna-se urgente um esclarecimento da ‘questão urbana’, tanto como meio de desmistificação da ideologia das classes dominantes, quanto como instrumento de reflexão para as tendências políticas que, abordando problemas sociais novos, oscilam entre o dogmatismo das formulações gerais e a apreensão destas questões nos termos, invertidos, da ideologia dominante. (p.26).

É imprescindível ao desvendamento desse discurso, desnaturalizar a problemática urbana, o real e não sua aparência, com isso é relevante observamos o papel dos movimentos sociais na transformação conflitiva da paisagem urbana.

O urbano é para Castells (2009) lócus privilegiado da reprodução da força de trabalho que se caracteriza pelo consumo coletivo, tais como escolas, hospitais e meios de transporte, nos quais são administrados pelo Estado, que incorpora a ideologia capitalista, oculta a exploração e dominação exercida sobre a classe trabalhadora e provoca a distribuição desigual dos serviços públicos da cidade.

Cabe ressaltar que a cidade não é apenas o espaço onde se desenvolvem as lutas pelo poder, ela tem uma constituição histórica ligada à sociabilidade humana, a sua produção material e imaterial deixado como legado de sua cultura. A cidade é pois,

(...) construção humana; produto histórico-social, contexto no qual a cidade aparece como trabalho materializado, acumulado ao longo de uma série de gerações, a partir da relação da sociedade com a natureza. Expressão e significação da vida humana, a história da cidade revela-a como obra e produto, que se realiza como realidade

espacial concreta cujo movimento é produto de um processo histórico cumulativo (...). (CARLOS, 2007, p.20).

Como construção a cidade é produto do trabalho humano realizado ao longo da história, atividade esta considerado por Marx como categoria fundante para o desenvolvimento do ser social que se constitui enquanto mediação do trabalho com a transformação da natureza. “(...) Assim, o espaço urbano apresenta um sentido profundo, pois se revela condição, meio e produto da ação humana – pelo uso, ao longo do tempo (...)”. (CARLOS, 2007, p.11)

Ou seja, a capacidade criativa e criadora do ser humano constrói todas as coisas (materiais ou imateriais) inclusive tudo aquilo que é único e belo como a cidade, de tal forma que Lefebvre (2001) considera *a cidade como uma obra* que possui valor de uso e valor de troca.

A própria cidade é uma obra, e essa característica contrasta com a orientação irreversível na direção do dinheiro, na direção do comércio na direção das trocas, na direção dos produtos. Com efeito, *a obra é valor de uso e o produto é valor de troca*. O uso principal da cidade, isto é, das ruas e das praças, dos edifícios e dos monumentos, é a Festa (que consomem improdutivamente, sem nenhuma outra vantagem além do prazer e do prestígio, enormes riquezas em objetos e em dinheiro). (Grifos de autoria) (p.4).

O valor de uso da obra pode ser entendido como a “vida cotidiana na cidade” (URIARTE, 2012, p.6), o flunar pelos espaços públicos, as vivências de sociabilidade, os encontros, os confrontos com as diferenças, a produção e reprodução do espaço por cada cidadão como direito de habitar e praticar a cidade, através dos usos e apropriações dos espaços públicos.

Enquanto o valor de troca se refere à cidade como um produto, em um duplo sentido: a cidade como lócus onde ocorre a produção, distribuição e circulação de mercadorias; e a própria cidade como geradora de valor, ou seja, a produção da cidade/mercadoria. É a generalização da mercadoria que se faz presente nas cidades, cujos, os bens produzidos necessitam serem vendidos para que o ciclo da mercadoria se feche e o capital possa se reproduzir e se valorizar.

Em Santos (2009), existe uma relação indissociável entre o espaço e a economia política, e, para entender essa relação se faz necessário partir de uma análise dos circuitos econômicos urbanos sob duas perspectivas: a *economia política da urbanização* é a economia política do território, que revela a repartição dos instrumentos de trabalho, do capital, do emprego e dos homens numa dada formação socioespacial e a *economia política da cidade*,

mostra como o meio construído urbano se organiza face a produção e como os agentes da vida urbana encontram seu lugar nesse meio construído e na divisão do trabalho.

A economia política da cidade seria, portanto, a organização material da cidade em face da produção, ou seja, ela se torna nas mãos dos capitalistas, instrumento e objeto para a reprodução do seu modo de produção, nesse contexto a cidade se torna cidade/mercadoria ou objeto.

Logo, na modernidade a cidade passa a ser pensada e planejada, muito mais como produto do que como obra, isto porque, os valores, a cultura, a racionalidade, os modos de ver e viver a cidade se modificaram dada as mudanças econômicas, políticas e sociais. Contemporaneamente, podemos destacar em especial o período de declínio econômico dos anos de 1970, decorrentes da crise de produção fordista e os reflexos da reorganização do capital que acentuaram a crise urbana.

1.2 A crise urbana em meio aos reflexos da crise estrutural do capital

O desenvolvimento do capitalismo é a história das crises econômicas e sociais que assolaram o mundo⁶. Para Marx⁷ as crises eram inevitáveis e inerentes ao próprio sistema capitalista, ou seja, faz parte da sua natureza contraditória dos ciclos de expansão e retração.

Até a década de 1970, as crises vivenciadas no capitalismo consistia apenas em oscilações cíclicas ou periódicas que foram contornadas com intervenção estatal, a exemplo do keynesianismo, com exceção de duas crises a quem Netto (2009) denomina de crises sistêmicas⁸.

Porém, após esse período de 1929 a crise que estava por vir mostrava sinais de um quadro crítico, que tiveram por traços mais evidentes: a queda tendencial da taxa de lucro, o esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordista de produção, a hipertrofia da esfera financeira, a crise fiscal do Estado de Bem Estar Social, maior concentração de capitais, privatizações estatais, entre outras. (ANTUNES, 2001, pp.29-30)

De acordo com Netto (2009, p. 213), em meio a esse contexto de declínio econômico, entre os anos de 1971 e 1973 dois fatores funcionaram como detonadores: o colapso do ordenamento financeiro mundial e o choque do petróleo; somado-se a isso, outros vetores

⁶ Entre muitos aspectos com o aumento massivo do desemprego, pauperização, violência, marginalidade, entre outros.

⁷ A esse respeito Cf.: O Manifesto comunista e o Capital.

⁸ A primeira emergiu em 1873 se prolongou por 23 anos e a segunda explodiu em 1929 e, foi catastrófica durou em torno de dezesseis anos.

sociopolíticos contribuíram para a eclosão da crise como a intensificação das lutas de classe: expressas seja pelo aumento do movimento sindical, que ganhou força a partir da década de 1960 ou pelas manifestações culturais e políticas, a exemplo dos movimentos estudantis e feministas, entre outros.

Em 1974 a crise torna-se dominante se mostrando como expressão da crise estrutural do capital, em face da crise ora enfrentada não ter remédio e suas respostas serem destrutivas e se estendendo até hoje.

As respostas encontradas para conter a recessão atuarão em três frentes: no campo econômico, político e ideológico. No âmbito *econômico* o capital passa por um processo de reorganização econômica, a partir da inserção da reestruturação produtiva que veio acompanhada da financeirização do capital mundial; já no tocante ao aspecto *político e ideológico* foi implantado o neoliberalismo, conjunto de mudanças que pode ser entendido como a reconfiguração do lugar e do papel do Estado na relação com a sociedade e com o capital, esta doutrina até o final do século XX, seria seguida por todos os países como “recomendações” das políticas internacionais. Ou seja,

(...) iniciou-se um processo de reorganização do capital e do seu sistema ideológico e político de dominação, cujos contornos mais evidentes foram o advento do neoliberalismo, com a privatização do Estado, a desregulamentação dos direitos do trabalho e a desmotagem do setor produtivo estatal de qual a era Thatcher-Reagan foi a expressão mais forte; a isso se seguiu também um intenso processo de *reestruturação da produção e do trabalho*, com vistas a dotar o capital do instrumental necessário para tentar repor os patamares de expansão anteriores. (ANTUNES, 2001, p. 31, grifos de autoria).

Apesar desse processo de mudanças em todas as esferas da sociedade a intenção do capitalismo não foi a de promover uma transformação no seu modo de produção, pois tal sistema não “permite” que mudanças estruturais coloquem em risco a sua existência, dessa forma, as respostas capitalistas atuaram de forma superficial a partir de alterações no padrão de acumulação produtivo, mas que tiveram forte repercussão na vida social.

Observa-se como tendência a introdução de inovações tanto tecnológicas como organizacionais e de gestão, buscando-se alcançar uma organização do trabalho integrada e flexível, em oposição ao modelo de produção fordista-taylorista, que se caracterizavam por aspectos como a produção em massa, produção em linha de montagem, a mecanização do fluxo de produção; a presença de estoques; etc.

De acordo com Antunes (1998),

Novos processos de trabalho emergem, onde o cronômetro e a produção em série de massa são “substituídos” pela flexibilização da produção, pela “especialização

flexível”, por novos padrões de busca de produtividade, por novas formas de adequação da produção à lógica do mercado. (p. 16).

Dava-se início a era da “*Terceira fase do estágio imperialista*” (NETTO, 2009, p. 211) que teve como paradigma o modelo toyotista, desenvolvido no Japão na empresa Toyota de 1950 a 1970, inspirado no padrão de acumulação flexível, que pode ser entendido como:

(...) padrão produtivo organizacional e tecnologicamente avançado, resultado da introdução de técnicas de gestão da força de trabalho próprias da fase informacional, bem como da introdução ampliada dos computadores no processo produtivo e de serviços. Desenvolve-se em uma estrutura produtiva mais flexível, recorrendo frequentemente à desconcentração produtiva, às empresas tercerizadas etc. Utilizam-se de novas técnicas de gestão da força de trabalho, do trabalho em equipe, das células de produção times de trabalho, dos grupos semi-autônomos, além de requerer, ao menos no plano discursivo o envolvimento participativo dos trabalhadores, em verdade uma participação manipuladora e que preserva, na essência, a condição do trabalho alienado e estranhado. (ANTUNES, 2001, p. 52).

Os traços constitutivos dessa alteração no processo produtivo— que passa de um padrão rígido para outro denominado flexível, são: terceirização, subcontratação, inserção do trabalhador polivalente, controle da qualidade total, kanban, just in time, gerência participativa e sindicalismo de empresa, entre outros.

Desse modo, o emprego desses traços flexíveis, representa uma ameaça aos trabalhadores que afeta suas condições de trabalho, e formas de reprodução enquanto classe social, o que provocou uma mutação no mundo do trabalho, uma vez que, assistimos neste período um amplo processo de desestruturação do mercado de trabalho, como reflexo da diminuição dos postos de trabalho tradicionais em contrapartida ao aumento vertiginoso da informalidade, da precarização, do desemprego estrutural.

O desemprego formal, dessa forma, só não foi maior porque continuou aumentando em ritmo intenso tanto o trabalho por conta própria como o trabalho sem carteira assinada. As altas taxas de desemprego verificadas nos anos 90 acabam por alimentar, assim, o crescimento do setor informal. Os trabalhadores expulsos do setor formal, ao não terem perspectiva de conseguir um novo emprego assalariado com carteira assinada, acabam por migrar para o setor informal. Ao mesmo tempo em que o setor informal cresce complexifica-se sua relação com o setor formal. Até o final dos anos 80, a ligação entre o setor formal e o informal dava-se, indiretamente, pelo circuito da renda, ou seja, parte da renda gerada no setor formal gerava demanda por produtos e serviços do setor informal. Nos 90, essas relações se dão também pelo circuito produtivo: devido ao processo de reestruturação produtiva, as empresas do setor formal passam a contratar produção e serviços do setor informal. (MONTENEGRO, 2013, p.11).

O desemprego formal contribui para que os atores possam ir do emprego ao subemprego, destacando-se as formas de trabalho precário e desumanas, encontradas nas atividades da economia informal. Inicialmente este termo era denominado de setor informal, porém à medida que se avançava as pesquisas e discussões sobre a temática e percebendo a

sua complexidade e diversidade, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) percebeu a necessidade de redefinição do mesmo, agora entendido como economia informal ou informalidade. (KREIN; WEISHAUP T PRONI, 2010), desprovidas dos aparatos legais (carteira de trabalho, jornada de trabalho, férias, décimo terceiro salário e registro no Instituto Nacional do Seguro Social- INSS, etc) como consequência mais direta da erosão dos direitos trabalhistas conquistados ao longo de muitas lutas, na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). Podemos observar que:

Acerca da expansão e do modo como o trabalho informal está se relacionando com o capital, pode-se inferir que, caso essa tendência persista, a economia informal deixa de ser intersticial, como quer a teoria da subordinação, para assumir explicitamente a sua funcionalidade ao sistema. Tal possibilidade nos impele a desmontar essa rede que torna invisíveis os fios com os quais o trabalho informal é articulado à produção capitalista. (TAVARES, 2002, p. 52).

Observamos que dentro dessa invisibilidade da economia informal existem diversas situações de trabalho, a exemplo do trabalho de rua considerado a atividade mais degradante, nas palavras de Tavares “(...) é o último degrau para se chegar ao que alguns chamam de economia subterrânea, que envolve o tráfico de drogas e outros crimes⁹ (...)” (2004, p. 152).

Esses trabalhadores são, portanto, invisíveis aos olhos do Estado e da sociedade¹⁰. Do Estado no sentido em que este tende a adotar medidas de repressão ao invés de proteção social como tentativa de acabar com esse tipo de atividade, e da sociedade, na medida em que, esta tende a criminalizar e hostilizar os trabalhadores de rua.

Dito isto, os trabalhadores de rua são excluídos sob o ponto de vista político e social, por não se enquadrarem no trabalho formal, visto que a natureza do trabalho de rua confere um posicionamento diferenciado na esfera do trabalho.

Cabe ressaltar que o processo de exclusão sobre a forma do desemprego traz uma ilusão de inclusão, mesmo que parcial, através da economia informal, isto porque, os trabalhadores de rua, acabam por serem “incluídos” sob o ponto de vista econômico, já que produzem uma renda necessária ao sistema, sendo assim também são agregados à condição de consumidores.

Neste contexto reforçar-se a situação de uma autonomia perversa propiciada pelo discurso do capital, no qual, este seria agora dono do seu próprio negócio, isso decorrente de um empreendedorismo às avessas e de uma pseudo-autonomia.

⁹ Cf.: TELLES 2009, 2006.

¹⁰ Esta discussão será trabalhada no capítulo 2.

A ideia de autonomia disseminada pelo pensamento dominante trata da pequena produção ou dos pequenos negócios numa perspectiva que conduz à crença de que todos podem ser capitalistas, quando, na realidade, as atividades denominadas autônomas não conseguem nem ao menos ser uma alternativa ao desemprego (...). O indivíduo que se auto-emprega, mesmo que a sua atividade não seja interior à produção capitalista, não é nem autônomo nem capitalista. Tal qual um assalariado, o produto de seu trabalho será enlaçado pela lógica do capital. O mercado é o ponto para o qual todos convergem e no qual todas as pseudo-autonomia se dissolvem (...). (ALVES & TAVARES, 2006, p. 441).

Podemos assim inferir, conforme a autora, que a informalidade não constituiu uma alternativa ao desemprego, nem muito menos acabou com a exploração da força de trabalho, ao contrário disso, intensificou-a a partir de uma exploração cada vez mais brutal e velada. Com isso a economia informal amplia “(...) as formas geradoras do *valor*, ainda que sob a *aparência do não valor*, utilizando-se de novos e velhos mecanismos de intensificação (quando não de *autoexploração* do trabalho)”. (ANTUNES, 2011, p. 407, grifos de autoria).

Porém se a informalidade não constituiu uma alternativa ao desemprego, tornou-se nesse contexto de profundas transformações uma alternativa de sobrevivência dos desempregados, que para subsistir necessitaram se render às atividades precárias da informalidade.

No tocante ao aspecto político, atrelado também à reestruturação do capital, a ideologia neoliberal, é instituída como uma “(...) reação teórica e política ao Estado de Bem Estar Social (...)” (ANDERSON, 1995, p.9). Assim as bases que fundamentam essa política se apóiam na liberalização econômica, desregulamentação, abertura dos mercados, privatizações e redução com os gastos sociais, ou seja, é o Estado máximo para o capital e mínimo para os trabalhadores.

As raízes da crise, (...) estavam localizadas no poder excessivo e nefasto dos sindicatos e, de maneira mais geral, do movimento operário, que havia corroído as bases de acumulação capitalista com suas pressões reivindicativas sobre os salários e com sua pressão parasitária para que o Estado aumentasse cada vez mais os gastos sociais. (ANDERSON, 1995, p.10).

Algumas das medidas adotadas foram: elevação das taxas de juros; abolição dos controles sobre os fluxos financeiros; criação de níveis de desemprego massivos; corte gastos sociais; privatização das empresas estatais.

Ainda de acordo Anderson (1995), o neoliberalismo funcionou como eficiente sistema político e ideológico, na medida em que além de deslocar a responsabilidade para os trabalhadores pela crise econômica ainda criou mecanismos para se efetivar enquanto sistema hegemônico, por toda região do capitalismo avançado.

No campo ideológico o capital declarava o “fracasso” dos projetos emancipatórios, das experiências socialistas, das orientações éticas ligadas aos valores humano-genéricos, da apreensão dos processos em sua totalidade, o que acarreta no empobrecimento, na desmobilização e despolitização dos trabalhadores, que por sua vez contribuíram em parte para a crise dos partidos e das entidades de classe, como os sindicatos. (BARROCO, 2011).

É interessante observar que todo esse contexto de crise e das tentativas de solução corrobora para a disseminação do ethos capitalista nas relações sociais. Presenciamos assim o estímulo por parte do capital a propriedade privada dos objetos e das pessoas e a “liberdade para o consumo”, entre outros:

A valorização da posse privada dos objetos no lugar das relações humanas levada ao extremo caracteriza o *ethos* dominante na sociedade contemporânea: sua igreja é o shopping; seu reino é o mundo virtual; seus mitos são as imagens que - fetichizadas em um espaço imaginário - desmaterializam o mundo real, criando uma *segunda vida* onde os desejos consumistas podem ser satisfeitos sem a presença do *outro*: o eterno empecilho à sua liberdade. (BARROCO, 2011, p 209).

Toda essa criação de necessidades aliada ao processo de globalização traz uma repercussão considerável no ideário da classe trabalhadora, que é chamada a satisfazer aos desejos consumistas naquilo que Hanningan¹¹ chama de *cidade da fantasia*, que pode ser entendida como a disseminação de lugares privados destinados ao consumo e ao lazer, como: “(...) parques temáticos gigantescos, museus interativos, enormes parques aquáticos, mega centros comerciais, novas festas urbanas (...)” (LOPES, 2002, p.54).

Conforme situa Frugóli Jr.(2007) a cidade grande e moderna é por excelência o palco dos princípios ordenadores da racionalidade capitalista o que reverbera na subjetividade de seus habitantes produzindo uma relação ambígua entre proximidade corporal e distância espiritual.

Isto significa que todas essas mudanças macroeconômicas produziram efeitos perversos na vida cotidiana, alterando inclusive a forma como os indivíduos se relacionam entre si:

Opondo-se ao contra-poder que emergia das lutas sociais, o capital iniciou um processo de reorganização das suas formas de dominação societal, não só procurando reorganizar em termos capitalistas do processo produtivo, mas procurando gestar um projeto de recuperação da hegemonia nas mais diversas esferas da sociedade. Fez isso, por exemplo, no plano ideológico por meio do culto de um subjetivismo e de um ideário fragmentador que faz apologia ao individualismo exacerbado contra as formas de solidariedade e de atuação coletiva e social (ANTUNES, 2001, p. 48).

¹¹ Cf.: LOPES, 2002

De acordo com Barroco (2011) “(...) o estímulo à vivência fragmentada centrada no presente (resumida ao aqui e ao agora, sem passado e sem futuro), ao individualismo exacerbado, num contexto penetrado pela violência, dá origem a novas formas de comportamento (...)” (p.207).

Cria com isso o medo social, onde as pessoas vivem em constante instabilidade, não se identificando mais com o outro, vendo nele agora um estranho:

Os medos modernos tiveram início com a redução do controle estatal (a chamada *desregulamentação*) e suas consequências individualistas, no momento em que o parentesco entre homem e homem – aparentemente eterno, ou pelo menos presente desde tempo imemoriais–, assim como os vínculos amigáveis estabelecidos dentro de uma comunidade ou de uma corporação, foi fragilizado ou até rompido. O modo como a modernidade sólida administrava o medo tendia a substituir os laços "naturais" – irreparavelmente danificados – por outros laços, artificiais, que assumiam a forma de associações, sindicatos e coletivos part-time (quase permanentes, no entanto, pois consolidados pela rotina diariamente partilhada). A *solidariedade* sucedeu a irmandade como melhor defesa para o destino cada vez mais incerto. (BAUMAN, 2009, pp. 19-20).

De maneira tal percebemos a disseminação na cidade de instrumentos de segregação¹²: os enclaves fortificados, segurança privada, câmeras de vigilância, cães de guarda, automóveis blindados, entre outros, que fazem com que alguns habitem a cidade apenas do ponto de vista físico, porém se mantendo afastados socialmente.

A segregação urbana ou ambiental é uma das faces mais importantes da desigualdade social e parte promotora da mesma. À dificuldade de acesso aos serviços e infraestrutura urbanos (transporte precário, saneamento deficiente, drenagem inexistente, dificuldade de abastecimento, difícil acesso aos serviços de saúde, educação e creches, maior exposição à ocorrência de enchentes e desmoronamentos, etc.) somam-se menos oportunidades de emprego (particularmente do emprego formal), menos oportunidades de profissionalização, maior exposição à violência (marginal ou policial), discriminação racial, discriminação contra mulheres e crianças, difícil acesso à justiça oficial, difícil acesso ao lazer. A lista é interminável (MARICATO *apud* GUERRA; GUIMARÕES; SILVA, 2012, p. 203).

Visto sob essa perspectiva a vida urbana, do ponto de vista dos encontros, das vivências, e das sociabilidades torna-se ameaçada, pois a simples presença do outro (da diferença) no urbano é vista como uma ameaça constante, como exemplo, do trabalho de rua que é visto sob a ótica da ilegalidade, do risco, do preconceito, da marginalidade. Conforme bem situa Cunha “(...) a discriminação dos trabalhadores acontece a partir da repressão sistemática e violenta, bem como das práticas que contribuem para a criminalização e estigmatização desse segmento (...)”. (2007, p.187).

¹² Cf.: CALDEIRA (2008)

Assim, apontaremos no sentido de analisar a cidade inserido-a no contexto da crise estrutural do capital, pois como afirma Carlos (2007, p.19) vivemos numa “(...) crise da cidade como decorrência do aprofundamento das contradições do processo de realização da acumulação em escala ampliada (...)”, algo que se evidencia como um reflexo da produção e do consumo destrutivo do capitalismo, que quando entra em crise utiliza-se de todos os mecanismos possíveis de exploração com vista a tentar recuperar os padrões de crescimento anteriores, inclusive através da apropriação privada da cidade aprofundando ainda mais os processos de segregação urbana.

Como dito anteriormente a cidade regida sob o modo de produção capitalista vem sendo valorizada enquanto valor de troca, e por consequência transformada em cidade/mercadoria, e sendo um produto os que teriam direito de habitá-la seriam aqueles que têm condições de consumi-la, ou seja, neste contexto de crise da cidade a figura dos cidadãos é substituída pela dos consumidores.

Essa apropriação do capital para com a cidade se manifesta na vida cotidiana a partir da: diminuição dos espaços públicos tradicionais, desertificação das cidades velhas com o abandono do patrimônio histórico, extensão das metrópoles e da suburbanização, crescimento de zonas de exclusão em que bairros inteiros são privatizados e, processos de higienização social ou gentrificação, entre outros (LOPES, 2002).

Lefebvre (2001) evidencia a crise da cidade sob duas perspectivas: uma *crise teórica* uma vez que o conceito da cidade está em curso de transformação e de uma nova elaboração, dada a necessidade de uma maior compreensão e estudo do que são as cidades hoje se contrapondo ao que foram as cidades antigas; e uma *crise prática* tendo em vista a deterioração do núcleo urbano, dada as contradições urbanas e as imposições do poder dominante sobre a cidade.

Ressaltamos ainda, conforme Lefebvre (2001), que apesar do núcleo urbano estar se rachando o mesmo não desaparece, prova disso são as lutas e reivindicações dos movimentos sociais urbanos, das práticas dos atores sociais, dos cidadãos, entre outros, que permanecem vivas e atuantes no cenário adverso da cidade.

A crise prática reflete, contudo na forma como as cidades passam a ser pensadas e planejadas. Neste sentido, podemos situar Campina Grande que, a partir da década de 1990, passa a ser regida através de um viés estratégico e conservador, que sob o discurso de revitalizar o centro da cidade através do Campina Grande Déco promoveu uma higienização social do centro.

1.3 O planejamento de Campina Grande sob o signo da higienização social

No nordeste brasileiro na Paraíba do norte existe um lugarejo, vila nova da rainha logo se tornou cidade oh campina pequenina foi crescendo, foi crescendo com muita prosperidade (...). De um pequeno lugarejo veio à emancipação. Campina foi crescendo. Crescer sempre foi seu lema e hoje é Campina Grande rainha da Borborema (...).¹³

Conforme o trecho da música de Marinês, percebemos a importância da cidade de Campina Grande para o Nordeste brasileiro, vendida pelos gestores como uma grande cidade não apenas no nome, mas no seu potencial de crescimento e desenvolvimento alcançado ao longo dos anos.

Segunda maior cidade da Paraíba, Campina Grande conta com uma população estimada em 400.002 habitantes (IBGE, 2013), é a segunda também em maior Produto Interno Bruto (PIB) do Estado que só em 2010 passou de R\$ 4,335 bilhões para R\$ 5,339 bilhões, em 2011, um crescimento nominal de 23,2%. (IDEME; IBGE, 2011).

Campina Grande aparece no cenário mundial como uma cidade grande e moderna, considerada um dos principais pólos industriais do Nordeste, além de possuir um dos maiores pólos tecnológicos da América Latina. Destaca-se ainda pela importância no setor universitário, contando com duas universidades públicas (Universidade Estadual da Paraíba-UEPB e a Universidade Federal de Campina Grande- UFCG) e mais de dez faculdades privadas.

Estrategicamente a cidade de Campina Grande é lançada pelos seus gestores como a grande rainha da Borborema, cidade do Maior São João do Mundo, capital do Trabalho, Melhor cidade do interior do Estado para se viver e morar.

Sob estes aspectos, cabe destacar que a construção da imagem positiva de Campina Grande, é histórica, edificada desde o início do século XX com o comércio algodoeiro¹⁴ considerado o grande boom econômico da cidade responsável por impulsioná-la para outras regiões, o que acabou sendo favorecido também pela chegada do trem. Além da reforma urbana realizada na gestão de Vergniaud Wanderley sob o discurso de modernização da cidade.

¹³ Trecho da música de Marinês intitulada Campina Grande centenária cf. LP “Centenário de Campina Grande” de 1964. Disponível em: <<http://cgretalhos.blogspot.com.br/2009/08/lp-do-centenario-de-campina-grande-em.html#.UyH6BvldUfA>>. Acesso em: 09 março de 2014.

¹⁴ Até a década de 1940, Campina Grande foi a segunda maior exportadora de algodão do mundo, considerada por isso, a Liverpool Nordeste.

Nos anos de 1970 houve uma alteração na forma de planejamento de Campina Grande cujas intervenções voltavam-se ao centro da cidade a partir de uma série de mudanças “(...) que tiveram por propósito criar e definir o uso de determinados equipamentos, todos localizados no centro (...), através da construção de novas paisagens e de uma nova forma de sociabilidades postas pelo controle do uso e do lazer (CARVALHO; CAVALCANTE, 2013)

A partir de então o centro da cidade torna-se o foco das intervenções urbanísticas e de lazer, na medida em que a PMCG passa a criar ou mesmo redefinir o uso desses espaços, voltado ao comércio e ao turismo.

As políticas urbanas voltadas ao embelezamento de determinados espaços da cidade, no caso do centro principal, produziram dois reflexos opostos: o primeiro é a produção de uma cidade bonita, moderna, organizada, limpa, dotada de toda infra-estrutura, ou seja, a constituição de uma cidade utópica construída como um produto passível de ser vendida aos visitantes; o segundo diz respeito a produção da hierarquia social-espacial, que tende a ressaltar as contradições urbanas e a segregação em torno do espaço.

Dessa forma, a produção de um espaço desigual ocasionou na cidade de Campina Grande, o acionamento de disputas, conflitos, e apropriações dos espaços públicos da cidade, pelos diferentes atores sociais urbanos, como por exemplo, dos trabalhadores de rua, que através de suas práticas reivindicavam para si o “direito à cidade” (LEFEBVRE, 2001).

Neste sentido, no final dos anos de 1990, como forma de reverter a apropriação do espaço público pelo trabalho de rua¹⁵ é implementado o Projeto Campina Grande Déco, tendo como foco o centro da cidade e o resgate de seu o patrimônio em art déco. Esta perspectiva representava uma expressão arquitetônica que surgiu com o intuito de modernizar o espaço público e de reformular a sua imagem, na visão dos gestores da época, era preciso romper com a ideia do antigo para dar lugar aquilo que então se denominou como *novo*:

A partir do trabalho de Lia Rossi, o poder público municipal vislumbrou que a revalorização do patrimônio art déco campinense poderia agir como instrumento para potencializar as vendas do comércio central (que já perdia clientes para outras regiões menos congestionadas) e se transformar em produto turístico, associado a outros eventos realizados pelo município. Assim como foi criada a identidade *Campina Grande, cidade do São João*, desejava-se criar a imagem de Campina Grande como a cidade do art déco. Com esse intuito, algumas ações em prol da valorização e conservação do patrimônio arquitetônico constituído ao longo da primeira metade do século XX foram iniciadas no final dos anos 1990. O programa intitulado *Campina Déco* tinha como objetivo a requalificação urbana do centro da cidade, através de intervenções nas redes elétrica e telefônica (de aéreas para subterrâneas), colocação de novas calçadas (com padronização que fazia alusão às festas juninas), troca do mobiliário urbano, realocação dos ambulantes que ocupavam os passeios públicos, controle das placas publicitárias e recuperação das

¹⁵ Cabe destacar que o início das práticas do trabalho de rua em Campina Grande deu-se na década de 1980.

fachadas, a maioria em art déco (abrangência...). Nesse último aspecto, o programa pedia para uma linha de recuperação patrimonial que dava ênfase ao caráter cenográfico das fachadas, com clara referência ao art déco de Miami Beach. (QUEIROZ, 2010, p. 39 grifos do autoria).

Cabe ressaltar que por trás dessas alterações no espaço físico da cidade, o projeto Campina Grande Déco, tinha intenções mais profundas que envolvia uma limpeza social do espaço urbano. Dessa forma, sob o discurso da revitalização é implementado um processo de higienização social, que propunha a retirada dos trabalhadores de rua.

Em recorrência a esse discurso, a revitalização é pensada como uma limpeza no centro onde a imagem de Campina Grande passa a revelar o seu comércio mais tradicional como força histórica que necessitaria ser reforçada, em contraposição ao comércio popular que deveria ser extinto das ruas. Personagem urbano, o ambulante incorpora no Campina Déco a imagem negativa da cidade em sua forma de domínio e disciplinarização do espaço público. (CARVALHO, 2011, p.7)

A higienização social, ou gentrificação pode ser entendida como a eliminação de elementos sociais indesejáveis no espaço urbano como forma de camuflar as contradições e desigualdades sociais. Esta forma de planejamento não é uma novidade, pois já aparece nas intervenções dos primeiros urbanistas, porém a partir dos anos de 1990 é retomado como planejamento estratégico direcionado ao *city marketing*, ou seja, a produção e comercialização da cidade/mercadoria.

Visto sob esses moldes o comércio informal, praticado pelos trabalhadores de rua passa a ser visto como feio, sujo, marginal, “(...) paisagem indesejável e empecilho ao desenvolvimento do comércio e, por conseguinte, ao próprio projeto de revitalização” (CARVALHO, 2011, p.7). De tal forma que neste primeiro momento as calçadas foram higienizadas socialmente, como observamos na imagem abaixo do Jornal da Paraíba.

Figura 1: No meio do caminho não tinha mais ambulante.



Fonte: (CARVALHO, 2011, p.11)¹⁶

Neste ponto cabe destacar, a tentativa por parte desse projeto em ocultar os conflitos existentes entre as práticas dos trabalhadores de rua com os fiscais da PMCG e com a atividade dos comerciantes e lojistas campinenses, já que o espaço público territorializado põe em movimento disputas de forças antagônicas.

Dessa maneira, nessa correlação de força o projeto Campina Grande Déco cumpriu em parte seus objetivos, uma vez que conseguiu realocar os trabalhadores de rua para equipamentos destinados ao comércio popular— o Shopping Centro Edson Diniz, e as Áreas de Livre Comércio e Cultura ao Ar Livre (ARCCAS) Catedral e Titão, todos estes equipamentos, inaugurados em 2002.

A partir da construção desses equipamentos o trabalho de rua seria proibido. Os que conseguiram seu lugar na época seriam considerados “integrados do ponto de vista econômico e social”, os que não conseguiram ficaram entregues a própria sorte.

Processo esse que terá em Campina Grande por magnitude a transferência dos ambulantes do espaço da rua, até então por estes ocupados, para dar lugar a outra configuração da imagem da cidade em seu espaço público e que culminará com a transferência daqueles para dois equipamentos construídos especificamente para esses objetivos: as ARCCAS - (...) - Titão e Catedral e o Shopping Centro Edson Diniz. (CARVALHO, 2011, pp.1-2).

Cabe destacar que “a transferência do espaço da rua não eliminou as resistências urbanas na correlação de forças existentes no interior das práticas dos ambulantes que, mais uma vez, escapam à visão disciplinar dos planejadores” (CARVALHO, 2011, p. 18), isto

¹⁶ CARVALHO, 2011, p. 11 Cf.: JP, 06 fev.2002.

porque esses personagens urbanos recriam maneiras de subverter os usos esperados dos equipamentos públicos através dos contrausos (Certeau, 1994), burlando o discurso oficial, retomam aos poucos seu lugar na cidade. Através da ocupação dos espaços a estes não reservados, tal como veremos nas análises a seguir.

2 PRÁTICAS URBANAS: UMA ANÁLISE DOS CONTRAUSOS NO CAPITÓLIO

Nesse estudo privilegiamos a análise das práticas urbanas dos trabalhadores de rua do Capitólio como contrausos por entender que são práticas inovadoras e criativas dos populares na cidade, para tanto, partimos da caracterização do lócus da pesquisa realizando uma leitura da historicidade do Capitólio a partir de sua dimensão simbólica para a cidade de Campina Grande. Em seguida procuramos resgatar o processo de apropriação do Capitólio a partir das tramas do trabalho de rua, este é um aspecto importante, pois nos permite compreender as disputas e os conflitos que estão por trás de um processo amplo de higienização social, para tanto se faz necessário construir o perfil desses trabalhadores de modo que possamos a conhecê-los mais de perto, suas vivências e trajetórias no Capitólio.

Passado esse percurso de análises vamos nos debruçar sobre os processos de resistência urbana a partir das práticas de contrausos empreendida pelos trabalhadores de rua do Capitólio de modo a entendermos a leitura que realizam de suas práticas na cidade. Por fim, e não menos importante, buscaremos analisar como os trabalhadores de rua acionam a luta pelo direito à cidade.

2.1 Uma leitura da historicidade do Cineteatro Capitólio¹⁷

Optamos por apresentar a dimensão histórica do Capitólio, por entender que este constitui um espaço emblemático de Campina Grande, dentre outros motivos pela sua representação política, histórica e cultural para a cidade. Neste sentido, o Capitólio é resgatado pelos campinenses como um lugar de memória, do que é e do que um dia foi este espaço. Tudo isso justificaria a disputa territorial em torno do mesmo, e o acirramento do conflito pela apropriação do Capitólio estabelecida entre Estado, Município e os próprios trabalhadores de rua.

O Cineteatro Capitólio foi inaugurado por Olavo Wanderley em 1934 estando localizado no centro da cidade, na então Praça da Luz¹⁸ (atual Praça Clementino Procópio) foi construído por trás da antiga Igreja do Rosário¹⁹, se tornando o ponto central de encontro da

¹⁷ Cf.: http://cgretalhos.blogspot.com.br/2009/11/cine-capitolio-anos-30.html#.U1ROI_lUfA.

¹⁸ A praça foi reconstruída na administração de Ronaldo Cunha Lima nos anos de 1980, pelo arquiteto Geraldino Pereira Duda, tendo seu nome substituído pela atual Praça Clementino Procópio.

¹⁹ A Igreja foi demolida alguns anos após a inauguração do Capitólio na então gestão do prefeito Vergniaud Wanderley, para dar espaço para a atual Avenida Floriano Peixoto. À título de informação, cabe mencionar que no período compreendido entre 1930-1945 foi realizada uma histórica e polêmica reforma urbana com o objetivo de transformar Campina Grande em uma cidade moderna. A esse respeito Cf.: SOUZA (2003).

sociedade campinense. Na figura a seguir observamos a opulência do Capitólio dada a sua estrutura arquitetônica.

Figura 2: Lateral do Cineteatro Capitólio (1937).



Fonte: (eletrônica)! http://cgretalhos.blogspot.com.br/2009/11/cine-capitolio-anos-30.html#.U_dKz_ldVLu.

Dessa forma, o Capitólio fazia frente ao Cineteatro da época, o Apolo, sendo por isso seu principal concorrente. O Apolo para não ver suas portas fechadas, viu-se obrigado a mudar seu público alvo, focando nas camadas populares. Segundo Fontes (2008) como estratégia para atrair este público mudou inclusive seu nome, em 1935, para “Cine Para Todos”.

Na década de 30, o Apolo foi sendo aos poucos substituído como palco principal das peças teatrais em Campina Grande, visto que o Capitólio possuía melhor estrutura para grandes companhias, tornando-se o novo lugar preferencial da elite campinense em suas práticas e gostos tanto pela arte quanto pelo cinematografo. (FONTES, 2008, p. 15)

Por sua vez, o Capitólio já nasce com ar de esplendor, ao ser considerado à época o maior e mais deslumbrante do Estado, pois, possuía uma considerável estrutura com capacidade para mil espectadores e de um moderno equipamento de lazer destinado à elite campinense. Aos poucos o Capitólio foi se tornando o principal Cineteatro da cidade.

O Capitólio integrava assim os principais eventos da cidade e, por quase trinta anos, foi um relevante difusor dos acontecimentos políticos, sociais e culturais da sociedade

campinense. Situação essa apenas alterada em 1963, com a inauguração do Teatro Severino Cabral, quando o Capitólio deixa de ser Cineteatro e passa a ser Cinema.

No início da década de 1990, com a expansão das vídeos locadoras, o Capitólio não resiste a concorrência e se degrada do ponto de vista simbólico mudando inclusive sua inserção na cidade como palco nobre a tal ponto de se transformar em um cinema pornô, perdendo assim, seu posto para o Cine Babilônia, que reverteu essa situação para se promover como o grande Cinema do momento, diante disso, o Capitólio não conseguiu resistir e encerrou suas atividades no final da década de 1990.

Atualmente de todo o glamour e modernidade do que um dia foi este espaço restou apenas à memória dos cidadãos, haja vista que o Capitólio está abandonado desde que fechou suas portas, estando inclusive condenado, em função do risco de desmoronamento que apresenta. A figura abaixo representa a avaliação da Defesa Civil em uma das visitas ao prédio, que pede inclusive a demolição do prédio.

Figura 3: Degradação física do interior do Capitólio



Fonte: (eletrônica)! <http://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2013/04/defesa-civil-pede-demolicao-do-cine-capitolio-em-campina-grande.html>²⁰

De acordo com Araújo & Sousa (2011)²¹, o prédio do Capitólio foi adquirido pela PMCG no ano de 1999 para fins de uso da administração local quando foi atingido pela

²⁰ Cf.: G1, 18 abril 2013.

²¹ Cf: Blog Retalhos Históricos de Campina Grande

extensão da ação do Decreto nº 22.245, de 21 de setembro de 2001 que visava preservar os imóveis construídos entre os séculos XIX e XX.

Cabe destacar como já enfatizado anteriormente que, essa ação fazia parte de um projeto estratégico no qual sob o discurso de revitalizar o centro da cidade, em especial o seu patrimônio em art déco —, utilizando-se para isso o resgate ao centro e o seu patrimônio histórico e cultural —, buscou-se implementar a partir da década de 1990 um processo de higienização em Campina Grande que expulsou os ambulantes das principais artérias da cidade, omitindo assim as disputas e os conflitos entre estes e a PMCG.

Neste sentido, em fevereiro de 2000, o Capitólio foi tombado²² pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba (IPHAEP), cuja intenção era de requalificar o espaço de modo a conservar suas características estruturais, arquitetônicas e de uso. Por outro lado a PMCG deseja revitalizá-lo em termos de suas funções para isso, pretende-se conservar apenas sua fachada e preservando muito pouco do que restou do Capitólio.

Diante dessa disputa pelo lugar, e dos conflitos pela apropriação do espaço do Capitólio, até o momento nenhuma ação foi tomada no sentido de preservar o pouco que resta do prédio, sendo a cidade prejudicada, dado o risco de perder uma parte importante de sua memória histórica.

Assim, o Capitólio esquecido e abandonado, torna-se neste contexto cenário de atuação dos nossos personagens urbanos— os trabalhadores de rua— que se apropriam deste espaço para desenvolverem suas atividades e empreenderem sobre o mesmo uma dinâmica diferenciada, isto quer dizer que estes personagens vêm conseguindo dar uma nova leitura em termos daquilo que poderíamos chamar de uma outra função, visto novas ocupações do mesmo através das práticas e tramas do trabalho de rua.

2.2 Tramas do trabalho de rua: apropriações do Capitólio

O processo de ocupação do Capitólio se deu a partir da expulsão dos antigos trabalhadores de rua do Calçadão da Cardoso Vieira pela PMCG.

Cabe ressaltar, que este é um espaço público bastante significativo, localizado na região mais central de Campina, possui diversas peculiaridades, a começar pelo fato de ser o

²²Essas diferentes propostas de intervenções colocam de um lado o Estado e do outro a PMCG às quais representam uma disputa simbólica, marcada pelo componente político em torno do Capitólio, o que contribui em grande medida para o abandono do prédio.

único Calçadão ainda existente, tendo em vista que os demais não conseguiram resistir ao tempo, e a redução do espaço público nas cidades contemporâneas, sendo então abertos como via pública. O Calçadão por outro lado, não só resistiu a esse processo como também é um espaço vivo e atuante no cotidiano campinense.

Desta forma, através do discurso de cumprimento de uma determinação judicial, a PMCG proibiu a comercialização de mercadorias neste determinado espaço da cidade. Segundo o Jornal da Paraíba essa ação foi expedida pela 2ª Vara da Fazenda Pública de Campina Grande, datada de 17 de setembro de 2009 e executada novamente no dia 23 de maio de 2012 (CAVALCANTI, 2012)

Ainda de acordo com o Jornal da Paraíba²³ um dia após a expulsão cerca de 50 ambulantes enfrentaram a chuva e ocuparam o Capitólio, conforme observamos na foto tirada um dia após a expulsão do Calçadão.

Figura 4: Trabalhadores de rua um dia após a expulsão do Calçadão



Fonte: Pesquisa PIBIC (Cota 2011-2012)

Expulsos do Calçadão e a procura de outro local, os trabalhadores de rua consultaram os fiscais da PMCG sobre a possibilidade de virem para o Capitólio, os mesmos informaram

²³ **Ambulantes ocupam praça no Centro:** Após serem impedidos pela justiça de comercializar seus produtos no calçadão da Cardoso Vieira, 50 ambulantes ocuparam praça no centro. *Jornal da Paraíba*, Paraíba. 25 maio 2012. Caderno cidades, p.1.

que para este local não havia nenhum mandado, e poucos meses após a ocupação foram novamente expulsos.

Em paralelo a isso foram para a Rua Felix Araújo, conhecida como Rua das Boninas, onde passaram um mês, não havendo possibilidade de comércio por lá voltaram para o Capitólio, depois de uma série de conflitos com a PMCG, os trabalhadores de rua através das práticas de resistência e burla vem conseguindo permanecer no local até o presente momento.

Os primeiros a chegarem, cerca de 15 foram ocupando e escolhendo o que consideravam ser o melhor lugar, se organizaram assim taticamente em torno da parede do Capitólio.

(...) essa calçada do antigo Capitólio não é praça! Ta entendendo? Então não ia atrapalhar o fluxo de gente [com a organização na lateral do Capitólio]. A Prefeitura e o Ministério Público *identifica* isso, ta entendendo? (...) Aí pronto (...) eu junto com meus companheiros, viemos pra essa lateral, porque eles alegavam que a gente tava tomando o espaço dos pedestres *caminhar* na calçada (...), eles alegaram que a gente tava tomando o espaço do comerciante no centro (...) ai nós viemos pra essa calçada pra não atrapalhar ninguém! (G.G.S., Masc., 33anos, sic, grifos nossos, Representante dos primeiros trabalhadores de rua do Capitólio)²⁴

Essa foi à forma encontrada pelos trabalhadores de rua para não atrapalharem a circulação de transeuntes, burlando com isso o poder público. (Cf.: Figura 5)

Figura 5: Tática de organização em torno da parede do Capitólio



²⁴ O entrevistado em questão é considerado pelos antigos trabalhadores de rua do Calçadão como seu representante, embora não haja uma organização em termos de grupo que o tenha elegido como tal. Essa representação está ligada a figura de respeito que os trabalhadores têm pelo mesmo, além do seu protagonismo face às questões que envolvem a disputa pelo espaço de trabalho— entre a rua e um espaço físico apropriado. Cabe ressaltar que essa entrevista foi concedida para a Pesquisa PIBIC/UEPB (Cota: 2012-2013), e foi retomada em virtude da recusa do mesmo em falar de um assunto que já havia relatado para a pesquisa em questão!

Fonte: Trabalho de Campo, 2013/2014.

Como você deve ter acompanhado eu vim pra cá junto com os demais camelôs do Calçadão, quando fomos expulsos de lá pelo poder público tivemos que procurar um local que fosse mais adequado para nós, o que deu mais certo foi esse aqui mesmo (...). (E.P.L., Masc., 32 anos).

Para além desta situação, o motivo relacionado a expulsão têm raízes mais profundas, já que se relaciona com o processo de higienização da cidade, isto é, a limpeza do espaço público na tentativa de ocultar as crescentes e complexas contradições urbanas.

Observando a data que aconteceu essa expulsão (23 de maio), percebemos que coincide exatamente com o período que antecede o maior São João do mundo, época esta em turistas vêm até a cidade para participar do São João, e Campina Grande por sua vez, se embeleza para recebê-los.

No início do ano de 2013, quando da Pesquisa PIBIC/UEPB (Cota: 2012-2013) constatamos a proibição por parte do atual gestor municipal para com a circulação de qualquer produto que os trabalhadores de rua viessem a vender ou transportar nas ruas centrais de Campina Grande, depois essa proibição se estendeu para algumas ruas como é o caso da Maciel Pinheiro e Floriano Peixoto inibidas para o comércio de rua.

Esta medida visava favorecer os grandes supermercados e redes de loja²⁵ com o afastamento dos trabalhadores de rua desses estabelecimentos. Mais recentemente durante essa pesquisa de campo, (final de 2013 e início de 2014) verificamos que houve um processo semelhante na Rua João Pessoa, conforme discurso abaixo:

Fui expulso da Rua João Pessoa porque não tinha cadastro, o meu foi feito esse ano na nova gestão, mas foi perdido, não deram resposta e entregaram um aviso para sair, eu e mais quatro ambulantes no prazo de 24 horas. Os fiscais disseram que podia ir para depois do banco, mas *fui expulso por duas lojas*, mandaram eu sair de lá, disseram que era por ordem da direção que não pode fazer ponto lá. Eu quis vir pra cá, pro Capitólio porque os ambulantes estão na mesma situação que eu (...) *se eu for expulso eles vão no mesmo bolo*. (N.G.S., 43 anos, grifos nossos)

A consequência dessa higienização foi a migração de outros trabalhadores de rua para o Capitólio, fazendo emergir conflitos entre os primeiros a se apropriarem do Capitólio (antigos trabalhadores do Calçadão) e os “novos ocupantes” (trabalhadores de ruas higienizadas), já que os primeiros não vêm com bons olhos a presença de mais pessoas

²⁵ Em conversas com os trabalhadores de rua, descobrimos que essa ação de proibição só ocorreu após as grandes lojas Marisa e C&A localizadas na Maciel Pinheiro entrarem com um processo que pedia o afastamento destes personagens, o que também ocorreu na Floriano Peixoto com vista a atender aos interesses dos supermercados Bom Preço e Rede Compras.

comercializando no local, considerando inclusive como estratégia da PMCG a alocação de trabalhadores de rua no mesmo espaço para servir de justificativa para uma nova expulsão.

O que antes era ruim piorou mais (...) depois da mudança de gestão, eles [Gestores-PMCG] vieram aqui prometeram mundos e fundos e nada, muito pelo contrário, só fizeram depositar mais gente aqui, *com o discurso que tá limpando a cidade, mas o que eles pretendem mesmo é bagunçar com esse espaço, pra depois ficar insustentável a questão dos camelôs aqui no Capitólio* (...) isso é uma questão de lógica quanto mais gente tiver aqui mais visível vai ficar e aí eles vão usar como desculpa para tirar nós depois. (E.P.L., Masc., 32 anos, grifos nossos).

Com a chegada de mais trabalhadores de rua foi introduzido no local a diversidade de outros produtos, como a venda de CD's e DVD's, produtos alimentícios, produtos importados como brinquedos, entre outros (Cf. Figura 6), somando-se aos já tradicionais produtos eletrônicos (como por exemplo, a venda de: celular, relógio, baterias, carregadores, caixas de som para computador, entre outros) comercializados por trabalhadores de rua desde o Calçadão e a reprodução destas mesmas práticas no Capitólio.

Figura 6: Diversidade de produtos introduzidos pelos “novos ocupantes”



Fonte: Trabalho de Campo, 2013/2014.

Além deste tipo de comércio antes mencionado, nos deparamos com outra variação do trabalho de rua que funciona como um tipo de feira de troca a partir da venda de produtos usados, introduzindo um trabalhador de rua ainda mais precário no Capitólio. (cf.: figura 7)

Eu troco, faço fiado, compro barato entendeu como é que é? (...) Aí vou pagando aos poucos tem gente que me dá as coisas, (...) porque você vê aqui minhas mercadorias são tudo *usadas*, aí eu acabo ganhando muita coisa, porque o povo sabe da minha